

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.395.899 - SP (2018/0295086-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : COMPANHIA DE HABITACAO POPULAR DE BAURU
ADVOGADOS : MARCELA GARLA CERIGATTO - SP281558
LUIZ GUSTAVO CARDOSO ALVES - SP317985
IZABELA MARIA GONÇALVES ZANONI MALMONGE -
SP317889
AGRAVADO : JOAO BATISTA RIBEIRO
AGRAVADO : RUTE GRUNENBERG ALVES REIS
ADVOGADO : RAFAEL MATTOS DOS SANTOS - SP264006

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU, em face de acórdão assim ementado (fl. 363):

DEPURAÇÃO DE CONTRATO - Sistema Financeiro da Habitação - Apuração de resíduos, através de auditoria - Cobrança - Descabimento - Prescrição quinquenal - Caracterização - Inteligência do art. 206, § 5º, I, do Código Civil - Demanda improcedente - Ratificação dos fundamentos do “decisum” - Aplicação do art. 252 do RITJSP/2009 - Recurso improvido.

Nas razões do especial, a ora agravante alega dissídio jurisprudencial em relação à interpretação dos arts. 205 e 206, § 5º, I, do Código Civil, afirmando que o prazo prescricional aplicável é de 10 (dez) anos.

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

O Tribunal de origem, aplicando ao caso o artigo 206, § 5º, I, do Código Civil, considerou que, "corretamente, a r. sentença assentou a ocorrência da prescrição, tendo por base o pagamento da última prestação paga em 30/4/2010 e o decurso do prazo de 5 anos até o ajuizamento da presente ação" (fl. 365).

A conclusão acima reproduzida está em perfeita harmonia com a jurisprudência adotada neste Superior Tribunal de Justiça, que aplica o prazo prescricional de 5 (cinco) anos, previsto no artigo 206, § 5º, I, do Código Civil, para a cobrança de prestações de mútuo habitacional inadimplidas. Confiram-se:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. COBRANÇA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL COMPLETA. SÚMULA 83/STJ.

1. Não ofende o artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973 a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.

2. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência pacífica desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 663.110/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 18/09/2018)

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA. PRAZO PRESCRICIONAL.

1.- A execução hipotecária proposta para cobrança de crédito vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação sujeita-se ao prazo prescricional de 05 (cinco) anos previsto no artigo 206, § 5º, I, do Código Civil.

2.- Recurso Especial a que se nega provimento.

(REsp 1385998/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/04/2014, DJe 12/05/2014)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA. PRESCRIÇÃO.

1. Sujeita-se ao prazo prescricional de 05 (cinco) anos previsto no artigo 206, § 5º, I, do Código Civil a execução hipotecária proposta para a cobrança de crédito vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação. Precedente.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 120.562/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 03/08/2015)

Dessa forma, encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com a orientação desta Corte, não há o que se reformar, esbarrando o presente recurso no óbice da Súmula 83/STJ.

Em face do exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento

Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

